

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE NUTRIÇÃO EMÍLIA DE JESUS FERREIRO

Julia Regufe Ebrenz
Thays Vieira Alexandre

**A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL,
OITO DÉCADAS DE HISTÓRIA**

RIO DE JANEIRO
2021
Julia Regufe Ebrenz
Thays Vieira Alexandre

A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL, OITO DÉCADAS DE HISTÓRIA

**POLÍTICAS SOCIAIS E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, UMA
RETROSPECTIVA**

Trabalho apresentado no curso
de Nutrição da Universidade
Federal Fluminense
Orientadora: Prof^a. Kátia Ayres

RIO DE JANEIRO

2021

JULIA REGUFE EBRENZ
THAYS VIEIRA ALEXANDRE

A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL, OITO DÉCADAS DE HISTÓRIA

POLÍTICAS SOCIAIS E A SAN, UMA RETROSPECTIVA

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Nutrição da Faculdade de Nutrição Emília de Jesus Ferreira/UFF como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel sob orientação da prof.^a Kátia Ayres.

Niterói, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Kátia Ayres Monteiro
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Enilce de Oliveira Fonseca Sally
Universidade Federal Fluminense

Prof^a Ana Lúcia Pires Augusto
Universidade Federal Fluminense

Agradecimentos

À Deus, pelas nossas vidas, e por nos ajudar a enfrentar todos os obstáculos vividos durante a graduação.

Aos nossos pais por todo o apoio e investimento na nossa educação, sem eles não teríamos chegado até aqui.

À Prof^a Kátia Ayres, por ter nos orientado tão amorosamente e ter se debruçado de forma tão presente em todo o processo de construção do nosso trabalho, ainda que em tempos de distanciamento social isso tenha se tornado mais difícil.

À todos os professores que passaram por nós durante a nossa trajetória acadêmica, nossa eterna gratidão por todos os ensinamentos.

À nossa união de sucesso, que não se restringiu apenas a faculdade, mas nos permitiu dividir risos, choros, preocupações e alegrias.

À todos que de alguma forma nos ajudaram a concluir o trabalho mais importante de nossas vidas.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Objetivos específicos.....	9
Metodologia.....	9
Discussão.....	12
Políticas Sociais e a Segurança Alimentar e Nutricional, uma retrospectiva.....	12
Anos 1930 a 1970.....	12
Anos 1970 a 1990.....	14
Anios 1990 a 2016.....	16
2016 até os dias atuais.....	25
A pandemia do Corona Vírus.....	32
Análise de Custo da Alimentação.....	35
Conclusão.....	36
Referência.....	38

A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL, OITO DÉCADAS DE HISTÓRIA

Desde a sua colonização o Brasil é marcado por um histórico de lutas contra a fome, desigualdades sociais, insegurança alimentar e descontinuidade das políticas públicas nos diversos governos. O país se tornou referência para o mundo no combate à fome e à miséria, pautada na criação e execução de políticas voltadas à melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional. Após um período de grandes conquistas depois da saída do Mapa da Fome, o país entrou num grande processo de sucateamento das medidas públicas.

Este artigo objetivou descrever a situação da segurança e insegurança alimentar no Brasil e suas possíveis fatores associados. Foi realizada pesquisa documental exploratória descritiva, através da consulta de documentos institucionais, legislações, artigos científicos, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e textos de mídia digital.

Os resultados demonstraram a piora da situação da crise sanitária existente no país, consequência da ausência de ações governamentais de apoio e assistência à população, principalmente no atual período de adversidade provocada pela pandemia da COVID-19. Existiram, no contexto pré-pandêmico, modificações e extinções de políticas públicas que potencializaram as fragilidades sociais, dificultando o acesso aos alimentos.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar e Nutricional; Mapa da Fome; Desigualdades Sociais

ABSTRACT

Brazil is measured by a history of struggles against hunger, social inequalities, food insecurity and discontinuity of public policies in different governments. The country has become a reference for the world in the fight against hunger and misery, based on the creation and execution of policies aimed at improving Food and Nutritional Security. After a period of great achievements after the departure of the Hunger Map, the country entered a major process of scrapping public measures.

This article aimed to describe the situation of food security and insecurity in Brazil and its possible causes. Descriptive exploratory documentary research was carried out, through the consultation of institutional documents, legislation, scientific articles, data from f Brazilian Statistics Institute (IBGE), p Food and Agriculture Organization (FAO) and digital media texts.

The results showed the worsening of the situation of the existing health crisis in the country, a consequence of the absence of government actions to support and assist the population, especially in the current period of adversity caused by the

pandemic of COVID-19. There were, in the pre-pandemic context, modifications and extinctions of public policies that potentiated social weaknesses, making access to food more difficult.

INTRODUÇÃO

O termo segurança alimentar surgiu na Europa após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Com o conflito, percebeu-se que um país poderia dominar o outro se tivesse o controle sobre seu fornecimento de alimentos. Esse controle foi uma estratégia importante para demonstrar o poder de uma região sobre a outra e trouxe a necessidade de que cada país tivesse a necessidade de produzir seus próprios alimentos em capacidade de abranger toda a sua população ou possuir estoques estratégicos para obter sua segurança nacional em relação a produção de alimentos e fornecimento interno.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) os problemas de abastecimento de alimentos retornaram e quando o embate terminou foi criada a Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization - FAO, 1945), agência especializada que passou a liderar os esforços internacionais para erradicar a fome no mundo^[1].

A fome e a desigualdade social no Brasil têm sua origem com a formação do nosso país, desde a colonização. Este período foi marcado por muitas diferenças sociais, entre essas está incluso o aspecto alimentar.

Este problema atravessou toda a constituição da sociedade brasileira, assim como o processo de abolição da escravatura através da Lei Áurea, que deu fim a mais de 350 anos de escravidão. Os escravos foram libertos sem nenhuma base de apoio, reparação ou indenização, o que os impediu que tivessem a oportunidade de uma vida digna e igualitária ao restante da sociedade. Com isso, muitos desses ex-escravos se aglomeraram nas periferias, que passou a ser reconhecido

posteriormente como “favela”, local este sem saneamento básico com condições de vida precárias [2].

Somente em 1948, foi reconhecido o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) na Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo 25. O conceito da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste: “na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”[3].

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi descrever a situação da segurança e insegurança alimentar no Brasil e suas possíveis causas.

Objetivos específicos:

1. Fazer uma retrospectiva histórica das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, de Vargas ao governo atual.
2. Relacionar o desmonte das políticas de saúde pública com o aumento da insegurança alimentar.
3. Analisar os documentos da POF (2017/2018), IBGE e FAO.
4. Relatar o nível de insegurança alimentar em 2020.
5. Verificar se houve aumento dos valores da alimentação na pandemia.

Metodologia:

A base metodológica deste estudo foi o levantamento de documentos e dados sobre a situação da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil ao longo dos governos e

políticas estabelecidas no país desde sua colonização, com foco a partir do Governo Vargas (1930), até o atual (2021), o que inclui a conjuntura da pandemia da COVID-19.

O processo envolveu o levantamento de dados preliminares através da busca no Google com as palavras-chaves: segurança alimentar, insegurança alimentar, fome no Brasil, mapa da fome; além de nomes dos presidentes e períodos de cada governo. Depois desse primeiro levantamento realizado, as mesmas palavras-chaves, foram consultadas no Google Scholar e no Scielo. O critério utilizado foi: pesquisar especificamente artigos que falassem sobre a época da colonização e abolição da escravatura e artigos que tratassem do tema a partir de 1930 até 2021 (período delimitado para análise). Foi feita uma leitura em sites oficiais do governo brasileiro (como, por exemplo, o site do planalto e o Dieese) e sites de instituições internacionais: Organização das Nações Unidas (ONU), FAO e Organização das Nações Unidas para Infância (UNICEF).

Segundo Marconi e Lakatos (1992), “[...] A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” [4][5]. Sendo assim, de acordo com os objetivos, para Gil (2007), é possível classificar as pesquisas em três grupos: exploratória, descritiva e explicativa.

Triviños (1987) em sua definição diz que a pesquisa descritiva “...exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade” [5].

Para Zikmund (2000), os estudos exploratórios, habitualmente servem para descrever situações, explorar alternativas ou descobrir novas informações.

São úteis na fase inicial de uma pesquisa mais ampla, em que o objetivo é esclarecer e definir a origem de um problema, e a partir daí gerar mais materiais que poderão ser utilizados em futuras pesquisas conclusivas [5].

Desta forma, foi realizada uma pesquisa documental exploratória descritiva. As fontes de pesquisa foram: documentos institucionais, legislações, artigos científicos, dados do IBGE (POF, DIEESE, PNAD), dados da FAO e textos da mídia oriundos de jornais digitais de circulação nacional.

DISCUSSÃO

POLÍTICAS SOCIAIS E A SAN, UMA RETROSPECTIVA

A fome no Brasil tem sua origem desde o período colonial, do século XVI até o século XIX, segundo Castro (2004) e Prazeres (2005) “a alimentação inicial, trazida pelos primeiros colonos portugueses, continha frutas, legumes e verduras, não foi mantida no Brasil pela população mais pobre, pois esta foi obrigada a abandonar a policultura pela monocultura da cana de açúcar” [6].

Esse problema estrutural foi se expandiu em toda formação da sociedade brasileira. De acordo com Magalhães (2004), existiam dois níveis populacionais de consumo, a do europeu e a do povo, na qual a camada popular apesar de ter uma alimentação equilibrada, sofria restrições alimentares, e os imigrantes colonizadores tinham alimentação balanceada e em abundância [6].

ANOS 1930 A 1970

Carvalho (1995) aponta que os primeiros instrumentos específicos de Governo em relação à políticas sociais de alimentação e nutrição foram instituídos apenas ao longo da Ditadura Vargas entre 1937 a 1945 com a criação do Ministério do Trabalho e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituição do salário mínimo, criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), entre outras intervenções estatais, assim, criou-se uma imagem de que Vargas seria o “pai dos pobres” e “patrono” da legislação social^{[7][8]}.

Em relação à alimentação, foi estabelecido em abril de 1938 o Decreto-Lei nº 399 que definiu a chamada ração essencial mínima, que seria composta por alimentos que atendessem quantitativamente e qualitativamente as necessidades nutricionais de um trabalhador adulto, na qual de forma teórica poderia ser custeado com o salário mínimo. Ao longo da história o valor do salário mínimo não tem se mostrado compatível com as necessidades mínimas e individuais do trabalhador, visto que, os seus reajustes foram fixados abaixo do custo de reprodução da força de trabalho^[8].

As condições de segurança alimentar e nutricional foram introduzidas como pauta política na década de 1940 por influência de Josué de Castro, responsável pelo primeiro mapa da fome do país, que apontava os caminhos para a solução dos problemas apresentados no mapa e seus principais determinantes. Desde então, a questão da fome tomou proporções de importância no âmbito político e social cada vez maiores, se tornou uma pauta de prioridade em governos posteriores tendo em vista o objetivo de combate à fome e à miséria^[9].

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) não consiste somente no acesso à alimentação de forma quantitativa, mas também qualitativamente. Este foi contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Este tem por definição o acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos para que esse alimento chegue à mesa, analisando o alimento como um todo, levando em conta as diferenças culturais, étnicas, entre outras^[10].

De 1946 até 1964, passaram pela república 4 presidentes: Gaspar Dutra, que tinha como objetivo a implementação do Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia); Getúlio Vargas, que tinha seu governo voltado para o populismo; Juscelino Kubitschek, desenvolvedor do Plano de Metas; e João Goulart, que investiu seu governo nas reformas de bases. Todos esses pautaram suas políticas na gestão da alimentação do país no SAPS, no início da estruturação do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e nas ações da CNA. Esses programas foram utilizados como eixo para alinhamento com programas internacionais que também foram estruturados na época em que se encerrava a Segunda Guerra Mundial como a própria FAO e outras instituições, como por exemplo, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa de Alimentos para a Paz, da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) dos Estados Unidos da América e o Programa Mundial de Alimentos (PMA)^[8].

Anos 1970 a 1990

Durante a ditadura militar, no ano de 1972, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) que objetivava a defesa da nutrição como aspecto principal para o desenvolvimento nacional. O INAN tinha como propósito: dar assistência na definição da política nacional de alimentação e nutrição; propor, fomentar e supervisionar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan), avaliar seus resultados; e promover pesquisas científicas de apoio ^{[11][12]}.

O primeiro Pronan (1973-1974) apresentou dificuldades de execução em razão à sua administração. Já o Pronan II (1976-1979) obteve sucesso ao implementar o Programa de Suplementação Alimentar (PSA), dar auxílio ao pequeno produtor rural, no enfrentamento de carências nutricionais, na alimentação do trabalhador e assistência para execução de pesquisas e capacitação de recursos humanos ^[13].

Sobre o programa já existente, merenda escolar, foi transformado em Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), juntamente a isso, vieram mais 10 programas de alimentação e nutrição também vinculados e implantados pelo Pronan. Dentre eles, o Programa de Nutrição e Saúde (PNS) que teve seu início em 1975 e tinha como objetivo a distribuição de alimentos básicos como arroz, açúcar, feijão, fubá, entre outros, destinados às gestantes, nutrízes e crianças entre 6 meses a 7 anos, que compunham pelo menos 45% das necessidades diárias. Os alimentos adquiridos através das verbas do Inan eram partilhados pelas secretarias de saúde dos estados por suas redes de serviço ^[13].

Em 1977 foi implementado o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), que objetivava o oferecimento de refeições aos trabalhadores de baixa renda

por até 20% do valor de custo. O restante ficava na responsabilidade do setor público e do empregador. Nos centros com maior concentração de indústrias o programa teve um crescimento acelerado e gradativo e deteve a maior parte dos recursos do Pronan^[13].

No ano de 1978 foi inaugurado pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) a Rede Solar de Abastecimento, com a finalidade de investir na modernização do segmento do varejo, com foco naqueles que tinham potencial para competir no mercado através do associativismo ^[13].

Uma iniciativa do INAN e da CONAB, um ano depois, encabeçou o Projeto de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROAB), com a pretensão ampliar o consumo alimentar das populações menos abastadas, localizadas nas periferias das capitais dos estados do Nordeste. O programa contava com a redução dos preços de mercado através do financiamento do INAN de 20% a 30% do preço total dos alimentos ^[13].

Em 1985 foi instaurada a Nova República e com ela a confiança de que todos os problemas nacionais seriam resolvidos. Nesse contexto, a intervenção estatal na área da alimentação e nutrição foi uma das prioridades políticas nos seus dois primeiros anos, porém, nos últimos 3 anos da Nova República (1987-1989) houve mudanças de prioridades sociais em função da estabilidade econômica do país e dissolução da maioria dos programas de alimentação e nutrição ^[8].

Anos 1990 a 2016:

O governo de Fernando Collor (1990), foi marcado pela descontinuidade dos programas sociais, pela corrupção, desvios de verbas públicas e licitações

duvidosas, que ocasionaram no seu impeachment em 1992, assim, o próximo Presidente da República foi seu vice, Itamar Franco. Em 1993, um movimento não governamental pela ética na política foi iniciado e várias entidades do movimento social organizado manifestaram-se, entre eles podemos destacar a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, fundada pelo sociólogo Herbert de Souza^[8], cujo desígnio era "mobilizar, e acima de tudo, sensibilizar a sociedade para a necessidade de mudanças fundamentais e urgentes capazes de transformar a realidade econômica, política e social do país [...] que leva à exclusão, à fome e à miséria"^[14].

No mesmo período, também houve um debate em nível mundial acerca da fome, que levou a FAO a criar o Mapa da Fome, um documento que indica periodicamente os países que possuem 5% ou mais da sua população com menor ingestão calórica diária que a recomendada^[15].

Na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, de Viena (1993), o direito à alimentação passou a ser igualado aos demais direitos estabelecidos na Carta dos Direitos Humanos de 1948^[16].

Também em 1993, foi assumido, pelo presidente Itamar Franco, o compromisso de implantar a Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSAN) que havia sido apresentada por Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), lançando, assim, o Plano de Combate à Fome e à Miséria e criando a proposta de tornar constitucional o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA)^[17].

O objetivo do CONSEA era conectar a sociedade civil com a formulação e avaliação das políticas de saúde pública relacionadas à segurança alimentar e

nutricional. Essa parceria desenvolveu muitas atividades, majoritariamente de caráter emergencial, na intenção de combater a fome e a miséria no país^[17].

O CONSEA organizou, em 1994, a primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar em Brasília. O encontro reuniu mais de 2 mil pessoas, no qual foram aprovadas as diretrizes para uma Política Nacional de SAN que tinha como ações:

1. Ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir seu peso no orçamento;
2. Assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados;
3. Assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento biológico e estimular práticas alimentares e estilo de vida saudáveis^[17].

No primeiro ano de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) o CONSEA foi extinto e posteriormente o INAN, em 1997^[18].

Pôde-se observar que outros programas de alimentação e nutrição já existentes continuaram a ser modificados de acordo com os moldes dos governos posteriores^[18].

Em 1996, a FAO realizou a Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, conferência na qual foram aprovados uma Declaração e um Plano de Ação destinada a combater a fome no mundo. Governantes de vários países, entre eles o Brasil, firmaram um compromisso de reduzir pela metade o número de pessoas famélicas até 2015^[18].

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2003), em seu primeiro ano foi aprovada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e em 2001 foi criado o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde denominado Bolsa Alimentação^[8].

No ano de 2003, Luís Inácio Lula da Silva tomou posse como Presidente da República com discurso de que o combate à fome e a miséria seriam pautas prioritárias em seu governo, a fim de retirar o país do mapa da fome. Para alcançar essa promessa, o presidente teve como um dos pilares a criação do Programa Fome Zero: Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil que consistia em atingir 3 aspectos de intervenção, eram eles ^{[19][20]}:

1. Políticas estruturais: combate a origem do problema da fome e da pobreza, investimento na geração de renda através da criação de empregos, previdência social universal, incentivo à agricultura familiar, intensificação da reforma agrária; bolsa-escola e renda mínima; segurança e qualidade dos alimentos.
2. Políticas específicas: políticas voltadas para a proteção da nutrição e alimentação de forma direta, com a criação de programas voltados para essas questões (exemplos: Programa Cartão-Alimentação e Estoque de Alimentos de Segurança).
3. Políticas locais: intervenções feitas para integrar e adaptar os níveis municipal/estadual às medidas tomadas no programa em nível nacional, que tornam suas ações coesas e se certificar que essas medidas foram atingidas nos diversos âmbitos do país ^{[19][20]}.

O Programa Fome Zero tinha como objetivo alterar a realidade alimentar do país de pelo menos 46 milhões de cidadãos que possuíam individualmente renda diária abaixo de 1 dólar ^{[19][20]}.

O conceito de segurança alimentar que norteou o projeto explicitou que as principais causas da fome são a pobreza e o desemprego, evidenciou que apesar do crescimento da capacidade produtiva no país, não se obteve resultados

relacionados a redução dos preços dos alimentos, que continuaram elevados, o que dificulta e impede o consumo alimentar pela parcela menos abastada da população brasileira ^{[19][20]}.

Além deste, outro pilar do seu governo foi a implementação do Programa Bolsa Família (PBF) criado a partir da unificação de outros 4 programas já existentes, alguns desde os anos 90, eram eles: Programa Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Programa Cartão-Alimentação. Seus 3 aspectos principais são:

1. Transferência de renda: tem como objetivo possibilitar alívio imediato da pobreza;
2. As condicionalidades: têm como propósito reforçar os direitos à saúde e à educação e, dessa forma, auxiliam a quebrar o ciclo intergeracional da pobreza;
3. Programas Complementares: visam criar oportunidades para que as famílias superem a situação de vulnerabilidade, com propósito de melhoria na condição de vida” ^[21].

No Brasil, até pouco tempo existia uma certa limitação em relação aos dados sobre a prevalência de insegurança alimentar, pois, as pesquisas eram pautadas somente em indicadores indiretos, usados como instrumento de monitoramento das diferenças sociais. Tais como, variáveis socioeconômicas, renda, grau de escolaridade, esperança de vida ao nascer, estado nutricional da população e disponibilidade alimentar domiciliar ^[9].

Uma das primeiras objeções que foram encontradas para combater a fome e a insegurança alimentar era a própria quantificação dessas variáveis.

Os dados passaram a ser confiáveis de uma forma geral para áreas urbanas e rurais, no Brasil como um todo, a partir de 2004, ano em que foi aplicada a Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA) na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) [9].

A EBIA é um indicador direto dessas condições que mede a experiência e a percepção de insegurança alimentar e fome no nível familiar. É um indicador considerado de alta relevância para monitoramento das disparidades sociais que possui assim a função, tanto de complemento para outros indicadores sociais como também, isoladamente, pode definir e identificar grupos socialmente vulnerabilizados [9].

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) usa a EBIA para classificar o problema da insegurança alimentar em três níveis:

Leve: quando há receio de passar fome em um futuro próximo;

Moderada: quando há restrição na quantidade de comida para a família;

Grave: nos casos de falta de alimentos [9].

No primeiro ano de mandato do presidente Lula, foi recriado o CONSEA, com a missão de criar o projeto de Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que aconteceu em 2006 e que está em vigência até hoje. Esta define a segurança alimentar e nutricional como: “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” [22].

Já em seu primeiro ano do segundo mandato, foi criada a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) que é definida pelo governo como “uma instância governamental responsável pela coordenação e pelo monitoramento intersetorial das políticas públicas, na esfera federal, relacionadas à segurança alimentar e nutricional, ao combate à fome, e à garantia do DHAA”^[23].

Em 2010 houve uma ampla campanha, com a participação da sociedade civil organizada, além de órgãos públicos e privados que fizeram com que fosse aprovada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional 64 (BRASIL, 2010) que incluiu a alimentação entre os direitos sociais fundamentais, consagrados no artigo 6º da Constituição Federal: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, à infância, a assistência aos desamparados.” (BRASIL, 2010, p. 1)^[24].

Apesar desses avanços em termos constitucionais, ainda se enfrentam desafios para que na prática a alimentação adequada e saudável para todos seja um direito garantido. Durante o governo Dilma Roussef (2011-2016), em seu primeiro ano de mandato, foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) pela CAISAN equivalente ao Plano Plurianual de 2012 a 2015, documento que define as prioridades do Governo para o período de quatro anos, com possibilidade de revisão a cada ano, o planejamento do documento inclui planos de execução para políticas de saúde pública com a finalidade de culminar em bem-estar populacional nos diversos âmbitos sociais^[25].

A concepção do PLANSAN está prevista na LOSAN, este plano é a ferramenta central de planejamento, gestão e execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e é composto de acordo com as oito Diretrizes

da Política: 1) Acesso universal à alimentação, 2) Abastecimento alimentar, 3) Educação Alimentar e Nutricional, 4) Ações voltadas para povos e comunidades tradicionais, 5) Saúde, 6) Acesso universal à água, 7) Iniciativas em âmbito internacional e 8) Direito Humano à Alimentação Adequada^[26].

Ainda em 2011, o Governo Federal lançou o Plano Brasil sem Miséria (BSM) com a finalidade de erradicar a extrema pobreza até o final de 2014. O BSM foi estruturado em três eixos:

1. Garantia de renda, para abrandamento instantâneo da situação de extrema pobreza.
2. Acesso a serviços públicos, para avançar na área de saúde, educação e cidadania das famílias.
3. Inclusão Produtiva, para capacitar e aumentar os postos de trabalho e assim gerar renda entre as famílias mais desfavorecidas^[27].

Em relação ao Mapa da Fome, a FAO considerou dois períodos distintos para analisar a subalimentação no mundo, no período de 2002 a 2013, houve queda de 82% da população brasileira em relação a subalimentação, já no período de 1990 a 2014, o percentual de queda foi de 84,7%^{[28][29][30]}.

O Brasil permaneceu acima do índice de 5% até 2013 e em 2014 atingiu a taxa de 3% da população com menor ingestão de calorias do que o recomendado^{[28][29][30]}.

Para atingir tal feito, o Brasil aplicou um conjunto de políticas públicas, como ampliação do PNAE e outros de caráter regional como as Cisternas no Semiárido e a aquisição de alimentos da agricultura familiar, entre outras já citadas neste artigo,

que abrangem diferentes esferas, entre elas o quase pleno emprego, a formalização do trabalho, a correção do salário mínimo acima da inflação (políticas de caráter macroeconômico), entre outros programas não necessariamente correlacionados com a segurança alimentar, mas que também geram impactos sobre a pauta como a expansão da transferência de renda do Programa Bolsa Família (PBF). É estimado que a transferência de renda realizada pelo programa seja responsável por 25% da redução da pobreza extrema e por aproximadamente 15% da pobreza desde 2004^{[31][32]}.

Diante desse novo cenário, após a saída do Brasil do mapa da fome, o segundo volume do Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil apontou que o governo deveria impor novos objetivos para alcançar a segurança alimentar em todo o seu território. No qual, deveria voltar a sua atenção principalmente aos grupos mais vulneráveis, como as comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e a população rural^[33].

Este período ficou marcado pela ascensão do Brasil em relação ao combate à fome e a miséria, pois além de cumprir todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) relativo a fome, ultrapassou todas as metas projetadas, o que resultou na grande diminuição da subalimentação, que é um indicador da FAO para se basear no Mapa da Fome e na diminuição dos índices de desnutrição infantil.

O Brasil passou a ser referência no mundo, de governança nas políticas de SAN e foi reconhecido por vários órgãos e instituições internacionais, entre eles o relatório internacional da FAO, State of Food Insecurity in the World de 2014 (FAO, IFAD, WFP, 2014)^[33].

Entre as metas e estruturas que visavam a erradicação da fome e a implementação plena da SAN, completou-se em 2015 os 15 anos de atuação dos ODMs e foi adotada a Nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2015-2030^[33].

2016 até os dias atuais

A partir de 2016 começaram a ser adotadas políticas neoliberais pelo governo Michel Temer que trouxeram evidente piora no combate à fome e à pobreza, como a Emenda Constitucional 95. Foi estabelecido um novo regime fiscal com o principal objetivo de congelar por 20 anos os gastos públicos da União, nas áreas da educação, saúde, assistência social, entre outras. Essa medida tem seus limites fixados, de acordo com o ano anterior, independente do aumento do Produto Interno Bruto com a justificativa de equilibrar os gastos públicos^[34].

Dentro deste quadro de medidas neoliberais adotadas, inclui-se também o desmantelamento das políticas de segurança alimentar e nutricional, o esvaziamento das políticas voltadas para a agricultura familiar, além do aumento do trabalho informal e o alto índice de inflação, reforma trabalhista, previdenciária e administrativa que tiveram continuidade no governo de Jair Bolsonaro (2019 até os dias atuais). Mudanças essas, que afetam tanto a curto como ao longo prazo a economia e indiretamente e diretamente a alimentação e retrocedem o país na situação do Mapa da Fome^[35].

Uma outra medida tomada foi a extinção do Consea por meio da Medida Provisória 870/2019, no dia de posse do governo Bolsonaro^[36].

O que trouxe desajustes em nível nacional em vários aspectos sociais, como no combate à fome, mesmo que neste momento o país estivesse com seu índice

de extrema pobreza crescente e se posicionado em direção ao retorno ao Mapa da Fome^[37].

Ainda em seu primeiro dia de posse, Bolsonaro autorizou o uso de uma série de agrotóxicos de alto risco para a saúde humana e para o meio ambiente, muitos deles proibidos em outros países. Até o fim de 2020, 945 agrotóxicos antes proibidos foram liberados, um número recorde que provoca temor sobre a segurança alimentar sob o ponto de vista qualitativo^[37].

Com a extinção do CONSEA, o Brasil perdeu o direcionamento em relação ao Plano Plurianual de 2020 a 2023 no que diz respeito às políticas de segurança alimentar^[25].

Dentre as políticas que foram encerradas juntamente com o Consea, sob a justificativa de ausência de recursos, estão incluídos o Programa de Cisternas e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)^[37].

O projeto que organiza as medidas de emergência à Agricultura Familiar, chamado Lei Assis de Carvalho, que permitia a compra de alimentos da agricultura família para doação à famílias pobres periféricas por parte do poder público, entre outras medidas que beneficiam a agricultura familiar, foi vetado por Bolsonaro em 14 dos seus 17 artigos propostos. Essas medidas de veto são tomadas desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, pelo seu sucessor Michel Temer.

Essa medida é, por hora, benéfica para o governo, pois, descompromete parte do orçamento público que deixará de ser aplicado à agricultura familiar, porém, compromete o futuro do país em relação ao sustento dos agricultores e ao fornecimento alimentar, principalmente voltado para a população com menos recursos, se levar em consideração que a Agricultura familiar preenche mais de 70% do consumo alimentar dos brasileiros.

Enquanto os pequenos produtores sofrem com prejuízos, os grandes produtores (donos de latifúndios e grandes agronegócios) são favorecidos através de políticas que os fortalecem como recebimento de título pelo assentamento de terras (reforma agrária), legalização de agrotóxicos e projetos que permitem ser comprados 25% da área de municípios ^{[38],[39],[40]}.

A ausência de políticas de apoio a esses agricultores torna o custo para se produzir mais caro para eles, faz com que esses passem por escassez de água e alimentos para os animais e traz, assim, sofrimento também para a população de baixa renda ^[41].

A situação alimentar no Brasil retornou a um estágio alarmante a partir de 2015, sobretudo de 2016 em diante. Houve um aumento progressivo de desocupação e da subutilização da força de trabalho, que obteve respectivamente, 6,9% e 24,6% da população em 2018 (IBGE, 2019). Entre 2014 e 2018, a proporção de pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza, passou de 22,8% para 25,3% (52,5 milhões), e a proporção de pessoas que viviam abaixo da linha de extrema pobreza passou de 4,5% para 6,5% (13,5 milhões) (IBGE, 2019). Ainda segundo o IBGE, no levantamento da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 o Brasil encontra-se na direção do Mapa da Fome a partir de 2018, em dados anunciados em setembro de 2020. Constatou-se que a insegurança alimentar no Brasil atingiu em algum grau 36,7% dos 68,9 milhões de domicílios, atingiu-se: 24% grau leve ou 16,4 milhões de lares, 8,1% moderada ou 5,6 milhões e 4,6% classificada em grave ou 3,1 milhões ^[41].

Em relação ao número de habitantes, dos 207,1 milhões de brasileiros, 122,2 milhões moravam em um domicílio com segurança alimentar, ao mesmo tempo em que 84,9 milhões residiam em meio à insegurança alimentar. Divididos em: 56

milhões em insegurança alimentar leve, 18,6 milhões em insegurança alimentar moderada e 10,3 milhões em insegurança alimentar grave ^[41].

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), em 2004 a segurança alimentar no país era de 65,1%, alterou-se para 69,8% em 2009 e chegou a atingir 77,4% em 2013. Nos anos de 2017-2018, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), esses números caíram para 63,3%, chegaram a um índice até mesmo inferior ao de 2004, registrou-se assim o menor nível de segurança alimentar desde o primeiro levantamento de dados obtidos. Houve grande aumento da insegurança alimentar leve, de 33,3% quando comparada ao ano de 2004 e de 62,2% quando comparada ao ano de 2013. Ainda em relação a 2013, o aumento da insegurança alimentar moderada foi de 76,1% e da grave foi de 43,7% ^[42].

Quando verificado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é uma unidade de medida utilizada por 189 países para aferir o grau de desenvolvimento de uma sociedade através de parâmetros de saúde, educação e renda, podemos destacar que desde 2020 o Brasil ocupa, segundo medida decrescente, a 84ª (0,765) posição no ranking mundial ^[42].

Este quadro revela uma necessidade de reforço, amplificação e atenção nas políticas de SAN para validação do DHAA. Contudo, de forma controversa, houve um enfraquecimento das políticas do governo federal direcionadas à alimentação e nutrição e de outras áreas que articulavam em consonância com essa esfera ^[43].

Entre elas podemos destacar:

1. A extinção formal do CONSEA, depois disto, a CAISAN se tornou apenas uma teoria, fato que impede o acompanhamento da execução das políticas públicas

na área. Trouxe desregulação do SISAN, pois, estes eram pilares fundamentais para seu funcionamento.

2. Não realização da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que sequer foi marcada e era a principal convenção de debate das políticas para este âmbito, com participação do corpo social na elaboração de diretrizes que contribuem com subsídios para o desenvolvimento do novo plano junto aos representantes do governo. Dessa maneira, o governo federal não incluiu o PLANSAN no plano plurianual previsto para o período de 2020 a 2023. O PLANSAN é uma maneira de nortear as intenções governamentais relacionadas à situação alimentar do país e sem ele não há como organizar e orientar as demandas de alimentação e nutrição existentes no período em questão.

3. Queda orçamentária e conseqüente diminuição do número de beneficiários do PBF, programa fundamental na transferência de renda do país que ainda se encontra sujeito a alterações (ainda não expostas).

4. Além de cortes orçamentários em outros programas importantes como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que é responsável pela compra de alimentos da agricultura familiar e distribuição destes para parte da população ameaçada pela insegurança alimentar e nutricional. E também pela alteração da Política do Preço Mínimo (política de proteção aos produtores rurais), que não foi mantida devido a redução dos estoques de alimentos da CONAB, estoques estes utilizados para abastecimento de escolas e doações à população necessitada alimentariamente em situações de crise extrema^[43].

A última edição do relatório “O Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional no Mundo” (SOFI), um estudo anual da ONU em conjunto com outras agências publicadas em julho de 2020, estima que quase 690 milhões de pessoas passaram

fome em 2019, aumento de 10 milhões em relação a 2018, e de aproximadamente 60 milhões em cinco anos ^[44].

Dados divulgados neste relatório mostram que o continente asiático tem o maior número de desnutridos atualmente, com 381 milhões. A África vem em segundo lugar com 250 milhões, seguida pela América Latina e o Caribe com 48 milhões ^[44].

Em análise deste relatório em relação aos dois anos anteriores, o número absoluto de pessoas famintas tem aumentado substancialmente desde 2014 em todo o mundo. Em termos percentuais, o continente africano é a região mais atingida, com 19,1% de sua população desnutrida. O continente asiático com 8,3% e na América Latina e Caribe 7,4%. Estima-se que em 2030 a África terá mais da metade das pessoas com fome crônica no mundo ^[44].

A escassez de alimentos é um fator decisivo da insegurança alimentar em vários países do mundo. Porém, os dados mais recentes demonstram que o Brasil é um dos maiores produtores mundiais de alimentos. Apesar do número crescente de famílias em extrema pobreza e em situação de insegurança alimentar, o Brasil já é o terceiro maior exportador de alimentos no mundo, ou seja, é imprescindível para garantir a segurança alimentar de vários países. O esperado é de se tornar o maior produtor num futuro próximo, o que mais uma vez demonstra que a situação de fome no Brasil não acontece por falta de alimentos, mas de dificuldade de acesso, devido a concentração de riqueza, má distribuição de renda e disparidades sociais ^[44].

Projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, especulam que produção possa passar de 232,6 milhões de toneladas da safra

2017/18 para 302 milhões até 2027/2028, o que corresponde uma ampliação de 69 milhões de toneladas (crescimento de 2,5% ao ano) ^[45].

Dos 10 produtos que o Brasil mais exportou no ano de 2019, sete são do setor alimentício. Segundo informações do ComexDATA os alimentos que constituem essa lista são: soja, farelo de soja, frango, carne bovina, milho, açúcar e café. A venda dessas commodities agropecuárias totalizou mais de U\$61 bilhões neste mesmo ano ^{[46][47]}.

Em contraponto, o Brasil está entre os 10 países que mais perdem e desperdiçam alimentos no mundo. São 35% de sua produção perdida/desperdiçada por ano ^[48].

Dados da pesquisa sobre hábitos de consumo e desperdício de alimentos divulgados em 2018, "Seminário Internacional União Européia-Brasil: Perdas e desperdício de alimentos em cadeias agroalimentares: oportunidades para políticas públicas" realizada pela Embrapa, expõem a grandeza de um outro problema, ainda que muitas famílias estejam em situação de fome, 41,6 quilos de comida são desperdiçados por pessoa anualmente. Todos os dias, cada família brasileira descarta 353 gramas de comida, assim, um total 128,8 quilos de alimento que poderiam ser consumidos são jogados no lixo ^[49].

A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Somado a todos os aspectos apresentados anteriormente e em meio ao declínio catastrófico das políticas públicas de SAN no Brasil, o mundo inteiro se viu exposto à pandemia da COVID-19, o que intensificou a InSAN no país em níveis muito mais severos ^[50].

Uma das medidas adotadas no início da pandemia em 2020 pelo governo, para tentar freá-la e aliviar o Sistema de Saúde foi o isolamento social.

É importante destacar que a mesma população que já se encontrava vulnerável devido à crise econômica ficou ainda mais, e só poderia cumprir esse decreto por meio de subsídio do governo^[50].

Para atender a essa necessidade, o congresso aprovou a Renda Básica Emergencial reservada aos trabalhadores informais e Microempreendedores Individuais. Por meio disso, mais de 66 milhões de brasileiros foram contemplados com o auxílio, que foi dividido em cinco parcelas mensais de R\$600 por trabalhador e até R\$1.200 por família que terminou em dezembro de 2020^{[51][52]}.

Ainda assim, muitos lares que já estavam expostos à restrição alimentar, tiveram acentuadas as suas fragilidades, em virtude do fechamento de comércios, suspensão das feiras livres, aumento do desemprego, alto número de pessoas que trabalhavam informalmente e tiveram sua renda reduzida drasticamente, precariedade dos vínculos empregatícios, paralisação das aquisições pelo PNAE, aumento dos valores dos alimentos, entre outros fatores, principalmente ao final da última parcela do auxílio emergencial^[53].

De acordo com pesquisa divulgada dia cinco de março de 2021 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) mais de 50% dos brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar em 2020. Os dados da pesquisa mostram que 19 milhões de brasileiros viveram insegurança alimentar grave, ou seja, passaram fome, este número é equivalente a 9% da população, menor valor dos últimos 17 anos, quando essa parcela tinha atingido 9,5%. Cerca de 116,8 milhões de brasileiros informaram que passaram em 2020 insegurança alimentar leve ou moderada. 44,8% - Menor dado desde 2004 -

informaram que não tiveram nenhum problema para se alimentar em 2020, em 2018 esse índice foi 63,3%.

A insegurança alimentar leve passou de 20,7% em 2018 para 34,7% em 2020. A pesquisa apontou também que as famílias chefiadas por mulheres e por pessoas pretas ou pardas são as que demonstraram os piores cenários, com 11,1% e 10,7% respectivamente ^{[54][55][56]}.

Em relação a agricultura familiar o desmonte das políticas de saúde pública voltadas para este setor incluiu o fechamento de 27 unidades de armazenamento da CONAB em meio a pandemia. Esse desmonte ocasionará em prejuízos futuros até mesmo para o agronegócio, porém, a curto prazo tem afetado extremamente a agricultura familiar, o meio ambiente e principalmente a reserva de gêneros essenciais à população carente ^[40].

Com tantas atividades suspensas, que impediram os trabalhadores de ter acesso aos recursos de subsistência, é necessário que o governo adote outras medidas de amparo à população, pois muitos ainda não se recuperaram financeiramente das consequências da pandemia, que parece estar longe de terminar, devido ao atraso das vacinas, novas variantes do vírus, número crescente de contágio e de mortes ^[43].

Muitos governadores juntamente às prefeituras decretaram um novo lockdown em março de 2021, até o momento sem nenhum tipo de auxílio eficaz para a população. Essas adversidades trarão consequências ainda não dimensionadas, uma vez que num país tão desigual nem todos tem como se manter em isolamento sem qualquer tipo de subsídio.

Diante dos dados apresentados pelo IBGE, evidenciou-se que a economia brasileira foi violentamente afetada pela pandemia, o Produto Interno Bruto (PIB) de

2020 foi reduzido 4,1% comparado com o ano anterior, é a pior apuração desde a primeira vez que foi feita em 1996^[57].

O SOFI, já citado anteriormente, possui uma previsão de que em todo o planeta, a pandemia da COVID-19 pode ter conduzido mais de 130 milhões de pessoas à fome crônica em 2020, como resultado da recessão econômica durante esse período.^[44]

ANÁLISE DE CUSTO DA ALIMENTAÇÃO

A perspectiva de insegurança alimentar e nutricional atingida em 2021 deve ser superior à do ano anterior. Visto que, essa insegurança tem crescido de forma acelerada e sem contenção.

A Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA) realizada pelo DIEESE, é um levantamento mensal do custo médio de uma cesta básica que leva em consideração os itens da ração mínima estabelecido no Decreto/Lei 399/1938 do período Vargas. Os alimentos componentes dessa cesta são: carne bovina, leite, feijão, arroz, farinha, batata, legumes (tomate), pão francês, café em pó, frutas (banana), açúcar, óleo de soja e manteiga^[58].

Essa pesquisa foi instituída em 1959 em São Paulo, porém nos dias atuais é executada em 17 capitais, a partir dos preços coletados para o cálculo de índice de custo de vida (ICV), que considera uma família composta por 2 adultos e duas crianças e permite uma comparação de quanto é o salário mínimo atual com quanto deveria ser para contemplar as necessidades básicas e atingir o ICV de cada mês. A pesquisa realizada em janeiro de 2021 apontou um aumento em 13 das 17 capitais analisadas e redução em apenas 4 delas^[59].

São Paulo foi a cidade que expressou o maior preço dessa cesta básica, com um custo de R\$654,15 além do aumento de 3,59% comparado ao mês anterior da pesquisa (dezembro de 2020). No ano atual, esse grupo de alimentos sofreu aumento de 26,40% quando comparado com o mesmo período do ano passado^[59].

Ao utilizar como referência o valor da cesta básica de São Paulo, o salário estimado pela DIEESE para janeiro de 2021 foi de R\$5.495,52, percebe-se assim um desajuste de quase 500% quando comparado ao salário mínimo atual de R\$1.100 já ajustado^[59].

Diante das informações anteriores, o tempo médio de trabalho necessário para comprar os alimentos essenciais, foi de 111 horas e 46 minutos, 3 horas e 36 minutos a menos quando comparado a dezembro do ano anterior, devido ao ajuste do salário mínimo. Assim, 54,93% do salário mínimo líquido estaria comprometido com a compra desta cesta com os alimentos essenciais para um indivíduo adulto em janeiro de 2021, e 64,29% em dezembro de 2020^[59].

Essa pesquisa mostra que a alimentação básica da população brasileira, como arroz, feijão e carne, está cada vez mais inacessível, devido aos problemas estruturais não anteriormente solucionados, em conjunto com a pandemia do Coronavírus que trouxe um dos maiores desafios econômicos e de saúde pública já enfrentados na história deste país.

Por tanto, o Estado tem um papel fundamental para minimizar os efeitos e as consequências da pandemia em caráter emergencial e de abrangência nacional, com medidas de curto, médio e longo prazos.

Conclusão:

O Brasil desde o início do seu processo de colonização, sofre com as desigualdades sociais. Em sua história, esforços foram realizados no sentido de manter as desigualdades sob controle, onde políticas sociais foram criadas para minimizar este quadro, sem, contudo, alterá-lo na sua raiz. Em outros períodos, políticas públicas de enfrentamento das desigualdades foram implementadas com o objetivo de reverter a situação crítica de fome e miséria em que vive o povo brasileiro. Tais políticas foram responsáveis por retirar o Brasil do mapa da fome da ONU.

Atualmente o Brasil está no caminho para o inverso do processo de diminuição da desigualdade social e da redistribuição de renda que se encontrava entre 2003 e 2014. O principal fator que contribuiu para essa inversão foi o sucateamento das políticas públicas, que veio acompanhado de austeridade fiscal, conseqüente retardo do crescimento econômico, fatos esses que implicam diretamente em mudanças negativas na estrutura do país, interferem no SUS (Sistema Único de Saúde), e consecutivamente na SAN.

Somado a esses fatores, a pandemia do Coronavírus aprofundou as diferenças sociais já existentes, devido ao aumento do desemprego, isolamento social e ausência de medidas eficazes de contenção tanto do vírus quanto de auxílio aos cidadãos, para o enfrentamento deste período. Trouxe conseqüências que ainda não podem ser dimensionadas com exatidão, mas já podem ser sentidas. Para reduzir esse efeito cascata, é necessário que o Governo adote novas medidas emergenciais e amplie as existentes para impedir que se agrave a InSAN no país.

91ecf32b087b781d5d66a12b9b394308675af9790a28006705b9ac5a1c3bb7fd78fa
a086cf6c93541c9bbe3e32d4aa5587d741d3d5e96dac122dcae780e6a8.

4- Marconi MA, Lakatos EM. Fundamentos de Metodologia Científica. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas,2003.

5- Brasil. METODOLOGIA CIENTÍFICA: um manual para a realização de pesquisas em administração. [Livro online]. Goiás: UFG;2011. [acesso 20 mar 2021]. Disponível em: [well.pdf"https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual de metodologia cientifica - Prof Maxwell.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf)

6- Silva JL, Sá AJ. A Fome no Brasil: do período Colonial até 1940. Rev de Geografia. 2006;23(3):43-53.

7- Silva, AC. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. *Estud. Av.* 1995;9(23), 87-107.

8- Vasconcelos, FAG. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. Rev. Nutr. [online]. 2005;18(4):439-457.

9- Gubert MB, Benício MHD, Santos LMP. Estimativas de insegurança alimentar grave nos municípios brasileiros. Cad. Saúde Pública. 2010;26(8):1595-1605.

10- Unicef Brasil. Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU. Em, - humanos"<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>, 2021.

11- Jaime PC, Delmuè DCC, Campello T, Silva DO, Santos LMP. Um olhar sobre a agenda de alimentação e nutrição nos trinta anos do Sistema Único de Saúde. Ciênc. saúde coletiva [Internet]. 2018;23 (6): 1829-1836.

12- Silva, AC. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. *Estud. Av.* 1995;9(23), 87-107.

- 13-** Anna MMP. A assistência alimentar nas políticas governamentais. Rev. Pol. Agri. 2001;10(1):20-26.
- 14-** Conselho Nacional de Segurança Alimentar. I Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Relatório final. Brasília: CONSEA; 1995.
- 15-** Pinto, JN. Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da CPLP [publicação online].2011[acesso em: 15 jan. 2021]. Disponível em: 348o.pdf"<http://www.fao.org/3/i3348o/i3348o.pdf>
- 16-** CEDIN (Centro de Direito Internacional). Declaração e Programa de Ação de Viena. Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. PORTAL DE DIREITO INTERNACIONAL, Viena, 14-25 de junho de 1993. Retirado da página n.com.br"www.cedin.com.br.
- 17-** Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Oficina Estadual para Implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. [publicação online];2011[acesso em: 11 jan. 2021]. Disponível em: isan.pdf"<https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/comsea/publicacoes/artigos/arquivos/oficinasisan.pdf>
- 18-** Belik W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. Saúde soc. [Internet]. 2003 jun. [citado em 02 abr. 2021] ; 12(1): 12-20.
- 19-** Yasbek, MC. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. São Paulo Perspec. [online]. 2004;18(2):104-112.
- 20-** Verena DM, CristianiVM. O Programa Bolsa Família e as condicionalidades de saúde: desafios da coordenação intergovernamental e intersetorial. Saúde Debate.2017;41(3):129-143
- 21-** Brasil. Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei no 11.346 de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema de Segurança Alimentar e

Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF. 2006. [acesso em: 30 dez. 2020]. Disponível em:

<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>.

22- Ministério da Cidadania - Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. CAISAN. [publicação online];2010[acesso em 14 jan. 2021]. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sisan/caisan>

23- Brasil. Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Emenda Constitucional no 64 de 04 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Brasília, DF. 2010. [acesso em: 30 dez 2020]. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm>.

24- Governo Federal - Justiça e Segurança Pública. O Plano Plurianual - PPA. [publicação online]; 2010 [acesso em 10 jan. 2021]. Disponível em [anca/PPA"https://www.justica.gov.br/Acesso/governanca/PPA](https://www.justica.gov.br/Acesso/governanca/PPA).

25- Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional (PLANSAN). [publicação online];2013 [acesso em 15 jan 2021]. Disponível em [hlansan-1"ttp://mds.gov.br/caisan-mds/caisan-nacional/plano-nacional-plansan-1](http://mds.gov.br/caisan-mds/caisan-nacional/plano-nacional-plansan-1)

26- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza. [publicação online]; 2011[acesso em 10 jan. 2021]. Disponível em

<https://www.ipea.gov.br/labgov/inovacoes/cases/66-estrategia-de-monitoramento-analitico-do-plano-brasil-sem-miseria-e-programas-do-mds-2>

27- Ministério da Cidadania - Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Brasil sai do mapa da fome das Nações Unidas, segundo FAO. [publicação online]; 2014 [acesso em 17 jan. 2021]. Disponível em <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>.

28- Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura (FAO). Brasil em Resumo. [publicação online]; 2015 [acesso 19 dez 2020]. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/>

29- Ministério da Cidadania - Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Brasil sai do mapa da fome das Nações Unidas, segundo FAO. [publicação online]; 2014 [acesso em 17 jan. 2021]. Disponível em <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>.

30- Agência PT. Brasil anda a passos largos de volta ao Mapa da Fome, alerta ONU. [publicação online]; 2020 [acesso 13 jan. 2021]. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/brasil-anda-a-passos-largos-de-volta-ao-mapa-da-fome-alerta-onu-6fb2>

31- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Bolsa Família reduz pobreza e desigualdade em 15 anos. [publicação online]; 2019 [acesso 25 out 2020]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34949

32- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. O ESTADO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL 2015. [publicação online];2015[acesso 22 out 2020]. Disponível em: inal.pdf"http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/FAOcountrries/Brasil/docs/SOFI_Brasil_2015_final.pdf

33- Maria FCD, Renan MF. Os impactos da emenda constitucional 95 na educação pública. Rev. Sem. Pedag.2019; 1(1): 165-167.

34- Guimarães RM. Os impactos das políticas de austeridade nas condições de saúde dos países com algum tipo de crise. Rev. Trab. Educ. Saúde. 2018; 16(1): 383-388.

35- Brasil. Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Medida Provisória nº 870 de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília. 2019. [acesso em: 15 de jan. 2021]. Disponível em: <v870.htm"http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm>

36- Pedlowski M. Agenda tóxica: governo Bolsonaro teve liberação recorde de 945 agrotóxicos. [publicação online];2021[acesso 16 fev. 2021]. Disponível em: oxicos"<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/02/agenda-toxica-governo-bolsonaro-teve-liberacao-recorde-de-945-agrotoxicos>

37- Accarini A. Agricultura familiar pode sofrer colapso com vetos de Bolsonaro a medidas urgentes.[publicação online];2020 [acesso em 15 jan. 2021].Disponível em: nt-f36e/"<https://contrafbrasil.org.br/noticias/agricultura-familiar-pode-sofrer-colapso-com-vetos-de-bolsonaro-a-medidas-urgent-f36e/>

38- Drummond C. Bolsonaro age para sufocar agricultura familiar e pequenos produtores. [publicação online];2019 [acesso em 20 dez 2020]. Disponível em: [res/amp/"https://www.google.com.br/amp/s/www.cartacapital.com.br/economia/bolsonaro-age-para-sufocar-agricultura-familiar-e-pequenos-produtores/amp/](https://www.google.com.br/amp/s/www.cartacapital.com.br/economia/bolsonaro-age-para-sufocar-agricultura-familiar-e-pequenos-produtores/amp/)

39- Antunes M. O desmonte da Conab e a política agrícola suicida do governo Bolsonaro. [publicação online];2020 [acesso em 20 fev. 2021]. Disponível em: [olsonaro"https://www.brasildefato.com.br/2020/09/16/artigo-o-desmonte-da-conab-e-a-politica-agricola-suicida-do-governo-bolsonaro](https://www.brasildefato.com.br/2020/09/16/artigo-o-desmonte-da-conab-e-a-politica-agricola-suicida-do-governo-bolsonaro)

40- Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Primeiros Resultados. [livro online]. Rio de Janeiro: IBGE; 2019. [acesso em 02 jan. 2021]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>

41- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. PNUD faz lançamento nacional do Relatório de Desenvolvimento Humano 2020. [publicação online]; 2020 [acesso em 23 janeiro 2021]. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/pnud-faz-lancamento-nacional-do-relatorio-de-desenvolvimento-hum.html>

42- Amorim ALB, Ribeiro Junior JRS, Bandoni DH. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. Rev. Adm. Pública.2020; 54(4):1134-1145

43- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Segurança Alimentar e Nutricional em Todo o Mundo em 2020. Roma; ONU. [acesso em: 07 jan. 2021]. Disponível em:<http://www.fao.org/3/ca9692en/online/ca9692en.html#chapter-1_1>

- 44-** Copetti T. Brasil produz comida para alimentar até 1,6 bilhão de pessoas. *Jornal do Comércio*. 15 out 2020; Caderno Agronegócio.
- 45-** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [homepage na internet]. Análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil [acesso em 15 fev 2021]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>
- 46-** Associação Brasileira de Consultoria e Assessoria em Comércio Exterior. Apesar da crise, Brasil tem aumento de exportação de alimentos [acesso em 27 out 2020]. Disponível em: <https://www.abracomex.org/brasil-tem-aumento-de-exportacao-de-alimentos>
- 47-** Santos KL, Panizzon J, Cenci MM, Grabowski G, Jahno VD. Perdas e desperdícios de alimentos: reflexões sobre o atual cenário brasileiro. *Braz J Food Technol*. 2020; 23
- 48-** Marsicano K. Pesquisa revela que família brasileira desperdiça 128 quilos de comida por ano. [publicação online]; 2018 [acesso em 17 nov. 2020]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/37863018/pesquisa-revela-que-familia-brasileira-desperdica-128-quilos-de-comida-por-ano>
- 49-** Ribeiro-Silva RC, Pereira M, Campello T, Aragão E, Guimarães JMM, Ferreira AJF et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Cien Saúde Coletiva*. 2020;25(9):3421-3430.
- 50-** Brasil. Lei n. 10.316, de 7 de abril de 2020. Estabelece na Constituição da República Federativa do Brasil medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). *Diário Oficial da União*. 7 abril 2020.

51- Governo Federal - Governo do Brasil. Auxílio Emergencial chega a 60% da população brasileira. [acesso em 27 jan. 2021]. Disponível em: asileira"<https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/600-dias/arquivos-de-600-dias/cidadania-auxilio-emergencial-chega-a-60-da-populacao-brasileira>

52- Mariano CM. Emenda Constitucional 95/2016 e o Teto dos Gastos Públicos: Brasil de Volta ao Estado de Exceção Econômico e ao Capitalismo do Desastre. Rev. de Investigações Constitucionais. 2017; 4(1): 259-281.

53- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [homepage na internet]. Análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil [acesso em 27 dez 2020]. Disponível em: <http://e.gov.br/www.ibge.gov.br>

54- Agência Italiana de Notícias. Pela 1ª vez em 17 anos, mais de 50% tem insegurança alimentar no Brasil [acesso em 6 abr. 2021]. Disponível em: http://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/americalatina/brasil/2021/04/06/pela-1-vez-em-17-anos-mais-de-50-tem-inseguranca-alimentar-no-brasil_c64e6d9f-0539-4ffa-a204-81a29f5f9e4b.html

55- Agência O Globo. Pela 1ª vez em 17 anos, mais de 50% não tem segurança alimentar no Brasil. [publicação online];2021[acesso 6 abr. 2021]. Disponível em: -brasil/"<https://exame.com/brasil/pela-1a-vez-em-17-anos-mais-de-50-nao-tem-seguranca-alimentar-no-brasil/>

56- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto – PIB [acesso em 18 mar 2021]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

57- Brasil. Decreto-lei n. 399, de 30 de abril de 1938. Aprova o regulamento para execução da Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. Diário Oficial da União.30 abr. 1938.

58- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. São Paulo: DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.1959[acesso em 20 jan. 2021]. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica202101.html>

59- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. PNUD faz lançamento nacional do Relatório de Desenvolvimento Humano 2020. [publicação online]; 2020 [acesso em 23 janeiro 2021]. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/pnud-faz-lancamento-nacional-do-relatorio-de-desenvolvimento-em?hum.html>